



**DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL
NO 1.º ENCONTRO NACIONAL
DA UNIÃO
DA JUVENTUDE COMUNISTA
em 9 de Março de 1975**

Camaradas:

Pessoas mal informadas pensarão talvez que este Encontro e a decisão de criar a União da Juventude Comunista marca o início da actividade da Juventude comunista em Portugal. A verdade é que a juventude comunista tem grandes tradições de luta e nem no tempo do fascismo nem depois do 25 de Abril deixou um só momento o combate.

As formas de organização e acção dos jovens comunistas variaram através dos tempos. Tivemos durante muitos anos a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Por iniciativa do Partido e da Federação, formou-se mais tarde o M.U.D. Juvenil. Mas mesmo em períodos em que não houve uma organização nacional da juventude comunista, houve sempre actividade dos jovens comunistas.

Na actualidade, existe uma organização dos jovens comunistas estudantes — a União dos Estudantes Comunistas (U.E.C.), mas não existe organização semelhante dos jovens trabalhadores. Ao Movimento da Juventude Trabalhadora (M.J.T.) pertencem sem dúvida muitos jovens comunistas. Mas a organização e o movimento respectivo têm um carácter unitário que pensamos ser de manter.

O Partido sente legítimo orgulho pela actividade infatigável, por vezes heróica, dos jovens comunistas de U.E.C. e dos jovens comunistas no M.J.T.

A U.E.C. faz hoje frente com coragem à ofensiva da Santa Aliança de forças reaccionárias e oportunistas nas escolas. O M.J.T. tem desempenhado e continua a desempenhar um papel de alto valor para a organização e a luta da juventude trabalhadora.

Entretanto, o problema da organização comunista da juventude trabalhadora estava por resolver.

Depois do 25 de Abril, aumentou consideravelmente o número de jovens comunistas organizados no Partido e noutras organizações e aumentou também a sua influência nas massas juvenis. A dispersão orgânica tornou-se, porém, um serio entrave ao desenvolvimento da actividade revolucionária da juventude trabalhadora.

A criação da União da Juventude Comunista corresponde à necessidade de uma organização revolucionária autónoma dos jovens trabalhadores comunistas, capaz de atrair os jovens mais combativos e conscientes e de constituir a vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora.

O Comité Central do Partido saúda calorosamente o 1.º Encontro Nacional da Juventude Comunista, felicita-o pelo êxito dos seus trabalhos e saúda também, por intermédio dos delegados ao Encontro, os jovens comunistas de todo o país, confiante em que todos saberão estar à altura das suas novas e grandes responsabilidades.

O momento político

Este Encontro realiza-se num momento grave da revolução democrática portuguesa.

Os acontecimentos não deixam mais margem de dúvida: a reacção lançou uma nova grande ofensiva com vista a obter a curto prazo, antes das eleições, ou através das eleições, uma mudança da situação política.

Precisamente no momento em que se aproximam as eleições, que deveriam desenrolar-se num ambiente de calma e segurança, precisamente no momento em que o M.F.A. está tratando da sua institucionalização, precisamente no momento em que se discute a possibilidade de uma plataforma comum para a Constituinte, assiste-se a numerosas acções de carácter provocatório e reaccionário, que, obedecendo manifestamente a uma inspiração centralizada, visam uma rápida e extrema agudização de conflitos sociais e políticos, a desorganização da vida económica, a criação artificial de um ambiente de choque e de conflitos violentos, tudo tendente a uma condenação da situação democrática actual e à abertura das possibilidades da instauração de um governo reaccionário da direita ao serviço dos monopólios e dos latifundiários.

Explorando dificuldades reais, procuram multiplicar-se e precipitar-se greves, manifestações e confrontos violentos contra o Governo e contra o M.F.A. A anunciada greve na TAP, certas manifestações de rua, os golpes de mão contra sindicatos, autarquias e escolas servem a reacção e não os trabalhadores.

O esquerdismo pseudo-revolucionário confirma uma vez mais o seu papel. As suas actividades inserem-se, não na luta do povo e das forças revolucionárias para fazer progredir o processo democrático, mas na ofensiva da contra-revolução para liquidar as liberdades.

A partir da provocação de 4 de Novembro contra a sede do C.D.S. em Lisboa, certos actos de provocação, como os boicotes violentos de Congressos e de comícios de partidos da direita, aparecem como movidos por grupos que se chamam de extrema-esquerda.

Mas esses actos coincidem de tal forma com os objectivos da reacção que procura pretextar golpes das direitas em nome das liberdades cujo exercício estaria a ser impedido pela esquerda; esses actos provocatórios são de tal forma utilizados em Portugal e também no estrangeiro para por eles responsabilizar o Partido Comunista que, entretanto, severamente os combate; esses actos provocatórios beneficiam de tal modo os planos da reacção — que quase é de admitir que os próprios fascistas e as próprias «vítimas» de direita apareçam mascaradas de esquerdistas a fazer as provocações contra si próprios.

O povo português está farto deste ambiente de conflitos constantes, de barulho e de provocações de grupos irresponsáveis. Está farto de pagar milhões de contos para escolas que pequenos grupos de estudantes que não estudam e de outros que não são estudantes não deixam funcionar. Está farto de grupos políticos que não fazem mais nada senão provocar conflitos, desordens e assaltos a sindicatos, a escolas e a outras instalações, numa obra de divisão e de desagre-

gação que não apresenta um único elemento útil para a construção de uma nova sociedade democrática.

A reacção, vê-se bem, prossegue os mesmos objectivos que definiu desde o 25 de Abril: isolar, enfraquecer, desanimar, cansar, paralisar, tornar inoperantes e aniquilar, se possível, as principais forças que defendem o processo democrático, pôr o M.F.A. fora da cena política portuguesa, afastar o P.C.P. do Governo Provisório, desarticular e dissolver as organizações sindicais e todas as organizações democráticas de vanguarda.

Que não restem dúvidas a ninguém. Se esses objectivos fossem alcançados, a reacção ficaria com o caminho livre para num curto prazo liquidar as liberdades e instaurar uma nova ditadura.

A campanha anticomunista que atinge uma violência que jamais alcançou em 50 anos de fascismo, desempenha importante papel na ofensiva contra-revolucionária. Essa campanha não visa apenas o P.C.P., mas todas as forças progressistas, todas as forças populares e democráticas que logo são apelidadas de «comunistas», desde que se mostrem dispostas a defender a liberdade e a fazer prosseguir o processo revolucionário.

É necessário reagir e reagir prontamente à ofensiva da reacção.

O povo português não se deve deixar intimidar pela actual arrogância da provocação reaccionária.

Nós já ouvimos a mesma arrogância noutros momentos difíceis do processo democrático desde o 25 de Abril. Nós ouvimo-la, camaradas, em Junho, quando da tentativa do golpe do então ministro Palma Carlos, nós ouvimo-la mais tarde, quando da nova tentativa da «maioria silenciosa» polarizada em volta do então presidente da República, general Spínola. Hoje, novamente, nós ouvimos essa mesma arrogância da reacção. Em Junho e em Setembro a arrogância não impediu que a reacção fosse derrotada. Hoje também temos razão para confiar que se a reacção tentar nova ofensiva com vista à liquidação da democracia no nosso país, novamente ela será derrotada.

As forças da democracia e do progresso, se unidas, confiantes e decididas a agir, estão em condições de fazer frente à ampla ofensiva de provocações divisionistas e desagregadoras, de esmagar qualquer preparação de aventuras contra-revolucionárias e assegurar a realização de eleições em condições de liberdade.

A expectativa seria, porém, perigosa.

Para fazer frente à situação e impedir que ela se degrade rapidamente, são *indispensáveis medidas urgentes de carácter político e económico*.

No *plano político*, é indispensável: reforçar o aparelho do Estado democrático, procedendo às necessárias reestruturações, efectuando o saneamento e colocando em todos os cargos de responsabilidade pessoas dedicadas à causa da democracia; tomar medidas sérias contra actividades contra-revolucionárias, castigando os autores e cúmplices de desordens e violências e os conspiradores reaccionários.

No *plano económico*, é indispensável: pôr imediatamente em prática um verdadeiro controlo do poder económico; tomar enérgicas medidas contra a sabotagem económica que, provocada pela banca privada e pelos grupos monopolistas, está conduzindo o País à desorganização e ao caos; não hesitar na nacionalização dos bancos e empresas que sabotam a economia; aplicar, sem perda de tempo, as leis já aprovadas, relativas à agricultura; congelar os preços; diminuir os altos rendimentos e restringir radicalmente os consumos sumptuários, designadamente de artigos importados.

Estas medidas não podem ser consideradas para um «curto prazo» indefinido, que com a lentidão do nosso aparelho estatal burocrático em alguns departamentos, pode significar semanas, meses, isto para não dizer anos. Trata-se de medidas que se torna necessário aplicar já, sem perda de tempo, e «já» deve significar, se possível, uma questão de dias. Se a urgência de certas intervenções não é assim considerada, corre-se o risco de uma cada vez mais rápida degradação da situação económica e social, cada vez mais difícil de recuperar.

A situação económica a que a reacção e os monopólios conduziram Portugal não poderá ser melhorada apenas por decretos. Só pode ser melhorada com a participação activa dos trabalhadores e com a sua disposição, se necessário, a trabalhar mais e com mais intensidade.

Isso é perfeitamente possível. Mas sob uma condição. De os trabalhadores saberem que o produto do seu trabalho suplementar não vai beneficiar os gran-

des capitalistas que são directamente responsáveis pela grave situação que o país atravessa. Os que criaram dificuldades devem ser os primeiros a pagá-las.

Camaradas:

Todos assistimos à campanha que alguns partidos fazem contra o P.C.P., contra o Governo Provisório e contra o M.F.A. Como classificar, senão de demagógica, a acção daqueles que no governo não levantam um dedo contra certas medidas, e depois cá fora, protestam veementemente contra elas?

O momento chegou em que os partidos políticos, nomeadamente os da coligação, têm de definir claramente os seus propósitos. A hora da opção é agora e não depois das eleições.

O que quer o P.P.D.? Passar de vez para a barca da reacção, como muitos dos seus papéis e algumas das suas actividades parecem indicar, ou tentar ainda prosseguir uma política de coligação com as forças democráticas? É o momento de responder, não apenas em termos gerais, mas pelos actos. E o que quer o P.S.? Uma aliança com as forças democráticas contra a reacção e contra o poder económico dos monopólios, ou um pacto com a reacção e os monopólios, contra os trabalhadores, contra o P.C.P. e outras forças democráticas?

Uma vez mais declaramos solenemente: é tempo de nos sentarmos e uma mesa e debater todos os problemas de interesse comum. Apesar de todas as dificuldades anteriores, o P.C.P. está pronto a cessar a polémica pública nos termos em que ela se tem desenvolvido e a estabelecer formas de cooperação com o P.S. Mas não se pode perder tempo. Hoje é possível. Se a situação se deteriora, dentro de dias pode ser extraordinariamente mais difícil.

Nós ouvimos aqui uma saudação enviada para a mesa pelos nossos convidados da Juventude Socialista. Eu creio que é uma saudação em termos amistosos e que temos razão de estar satisfeitos com a facto dos socialistas presentes a este Encontro terem entendido dever enviar essa saudação aos jovens comunistas.

Todos nós sabemos das dificuldades surgidas, em centros operários e em escolas, entre os jovens comunistas e as juventudes socialistas. Há dificuldades reais. Não devemos ignorá-las. Não é de um momento para o outro que se podem atirar todos os factos, todos os acontecimentos graves para trás das costas. Mas pergunta-se: há alguma diferença de interesses entre um jovem trabalhador comunista e um jovem trabalhador socialista? Não há qualquer diferença de interesses. Os interesses são os mesmos e, bem vistas as coisas, os seus objectivos de classe são os mesmos e as suas aspirações são as mesmas.

Não estarão interessados, tanto os jovens trabalhadores comunistas como os jovens trabalhadores socialistas, em juntarem os seus esforços na luta contra a exploração? Não estarão interessados em juntarem os seus esforços na luta contra os monopólios, em juntarem os seus esforços nos campos na luta contra os latifundiários?

Seja o que for que pensem os jovens socialistas, essa identidade de classe existe e nada pode destruí-la. E não apenas em relação aos jovens socialistas. Os interesses da classe operária são os mesmos, os seus objectivos, os objectivos da luta de classe são os mesmos, seja o que for que pense cada operário individualmente considerado.

Cabe-vos a vós, à União da Juventude Comunista, dar resposta aos jovens socialistas. Mas creio que não deixareis de considerar toda a necessidade, ao nível das empresas, ao nível dos sindicatos, assim como nos campos, de encarar todas as possibilidades de unir a juventude trabalhadora na luta contra os inimigos comuns.

Naturalmente que o problema da unidade entre socialistas e comunistas não é apenas das juventudes, é também dos partidos. E assim, como acabo de dizer palavras favoráveis à unidade entre as juventudes socialistas e comunistas, também se pode lembrar que em alguns casos certas divergências e certos ataques do Partido Socialista ao Partido Comunista foram feitos através das organizações da Juventude Socialista, em centros industriais e em algumas escolas. Isso é sabido. Portanto será possível e necessário, se houver uma troca de impressões entre jovens comunistas e socialistas, examinar todos esses problemas e ver em que medida as coisas se podem modificar no futuro.

Se se pudessem modificar, haveria razões para todos ficarmos satisfeitos. Mais ainda: em relação ao Partido Socialista, se vós me permitis, eu apro-

veitaria a ocasião única de ouvir esta mensagem tão fraterna de socialistas dirigida a comunistas (coisa que já há muito não ouvi) para, com a vossa permissão, pedir aos nossos amigos, e digo nossos amigos porque se escreveram sinceramente aquela mensagem de nossos amigos se trata, de transmitir ao seu partido o ambiente unitário e fraternal vivido no Encontro da Juventude Comunista, e de dizerem ao seu partido que os convidados do P.C.P. a este Encontro da Juventude Comunista expressaram o propósito de o Partido Comunista se encontrar com o Partido Socialista a fim de examinar todos os problemas de interesse comum e ver, se sim ou não, é possível chegar a uma cooperação com vista ao futuro do Portugal democrático.

A classe operária, os camponeses, as massas populares não podem ficar paradas à espera dos acontecimentos. O reforço rápido da organização, a realização de muito amplas assembleias para debater os problemas e encontrar soluções, a continuação dos esforços para fazer andar empresas em dificuldades e cultivar campos abandonados, a reclamação ao patronato e ao governo das medidas consideradas necessárias são algumas das formas como pode ter lugar a intervenção popular.

No momento que vivemos, dada a intensidade da provocação reaccionária, é particularmente perigosa a deterioração da situação social. Neste momento, uma vaga de greves e manifestações só à reacção poderia aproveitar.

O P.C.P. confia na consciência de classe e na elevada noção da responsabilidade dos trabalhadores e está certo que as manobras reaccionárias (incluindo as dos esquerdistas) serão isoladas e vencidas.

Tarefas da juventude

Camaradas:

É nesta situação extraordinariamente complexa que se cria a União da Juventude Comunista. A complexidade da situação indica por si só a complexidade das tarefas que esperam a nova organização.

As tarefas fundamentais da Juventude Comunista decorrem das tarefas gerais que se colocam à classe operária e ao Partido.

Conforme o projecto da Proclamação, que será discutido e aprovado neste Encontro, a luta da Juventude Comunista terá três grandes direcções:

- a) *a luta em defesa dos interesses vitais de classe da juventude trabalhadora;*
- b) *a luta em defesa da liberdade e para a construção de um Portugal democrático;*
- c) *e a luta pelo socialismo e o comunismo.*

Trata-se na verdade dos grandes problemas que a juventude trabalhadora enfrenta no momento presente.

É necessário intensificar a luta contra os despedimentos, contra o desemprego, contra as discriminações profissionais e salariais que atingem os jovens trabalhadores.

É necessário intensificar a luta pelo direito ao ensino e à cultura, pelo direito ao desporto e aproveitamento dos tempos livres.

É necessário intensificar a participação da juventude trabalhadora na luta política que o povo português trava para a construção de um novo Portugal democrático, um Portugal em que o povo usufrua das mais amplas liberdades e que, liberto do poder económico dos monopólios e dos latifundiários, permita a elevação do nível de vida material e cultural das massas trabalhadoras.

É necessário apresentar constantemente à juventude trabalhadora a perspectiva mais ampla da actual luta pela democracia, a perspectiva do futuro Portugal socialista.

A nova situação política democrática obriga a considerar a uma nova luz alguns conceitos e formas de comportamento.

É o que sucede com a atitude da juventude comunista em relação ao trabalho, ao estudo e ao manejo das armas.

Em relação ao trabalho, é evidente que a juventude trabalhadora, assim como a classe operária em geral, não está interessada em trabalhar mais em benefício dos capitalistas, mas tão pouco está interessada em que a intensidade e a produtividade baixem tanto que a economia portuguesa seja conduzida a um colapso. Por isso, nas fábricas e nos campos, os próprios trabalhadores estão interessados em assegurar que os trabalhos se desenrolem normalmente, que os horários se cumpram, que se não introduza uma indisciplina generalizada que conduza a maiores dificuldades na produção nacional.

A *nova atitude em relação ao trabalho* coloca-se já hoje onde o Estado intervém e onde os capitalistas desaparecem total ou parcialmente.

No novo Portugal democrático, que com tantas dificuldades vamos delineando, surgem novas situações, em empresas e em herdades, onde os trabalhadores e o Estado tomaram conta da direcção do processo de produção. Isso passa-se em certos ramos de empresas nacionalizadas e em herdades abandonadas tomadas pelos trabalhadores para cultivo.

Nas fábricas e nos campos, os trabalhadores têm dado extraordinários exemplos de dedicação, de trabalho abnegado em defesa dos seus interesses e em defesa dos interesses da economia nacional. Nunca como nos últimos meses se mostrou à evidência, nos próprios factos, que os interesses dos monopólios e dos latifundiários são contrários aos interesses do país, e que os interesses das classes trabalhadoras se identificam inteiramente com os interesses nacionais.

Nos casos dessas empresas e dessas herdades, os jovens comunistas têm o dever de trabalhar esforçadamente para que a empresa ou herdade sejam economicamente viáveis e assegurem trabalho regular.

Nas primeiras cooperativas ou herdades do Estado, ou empresas do Estado com gestão mista dos trabalhadores, os jovens comunistas devem dar exemplos de trabalho esforçado, trabalhando mesmo mais do que anteriormente, aceitando se necessário ganhar menos, porque do êxito ou da derrota dessa empresa ou cooperativa pode depender em larga medida o êxito da luta antimonopolista e antilatfundista.

O Portugal democrático caminhando para o socialismo não se poderá construir trabalhando menos, mas sim, na medida em que reformas são efectuadas, trabalhando mais.

Estamos certos de que a vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora, a U.J.C., assim o compreenderá e actuará de forma correspondente.

Em relação ao estudo, problema semelhante se coloca. Para construirmos um Portugal democrático, para desenvolvermos a indústria e a agricultura, necessitamos de quadros técnicos bem preparados. Uma parte importante dessa preparação é alcançada na escola, mesmo que o ensino não esteja ainda convenientemente organizado nem convenientemente orientado.

As escolas que custam milhões de contos ao país são para estudar e não para serem terreno permanente de intermináveis discussões, de assembleias coagidas por grupos provocatórios, de golpes de mão, de agressões e espancamentos.

A situação é diferente nas escolas técnicas, frequentadas por trabalhadores-estudantes e nas universidades, frequentadas na esmagadora maioria por estudantes oriundos das classes burguesas, muitos deles trazendo, como selo de origem, o amor pela ociosidade e o parasitismo.

Os jovens comunistas têm o dever de estudar esforçadamente a fim de aprenderem e de conseguirem melhorar os seus conhecimentos, de se tornarem quadros aptos às suas tarefas profissionais.

O novo Portugal democrático caminhando para o socialismo não se poderá construir estudando menos, mas estudando mais.

Finalmente, *em relação com o manejo de armas*.

No tempo da guerra colonial, o P.C.P. apelou para a resistência activa e passiva dos militares, oficiais e soldados contra a guerra. Apelou especialmente para a deserção.

A situação política modificou-se, a guerra colonial acabou. A atitude dos jovens em relação com o serviço militar modificou-se também.

Os jovens comunistas devem prestar serviço militar com a consciência de que o Portugal democrático em formação, assim como precisa de bons trabalhadores, precisa de bons soldados.

Pela nossa parte, tudo faremos para que a revolução portuguesa prossiga sempre com o cravo na espingarda. As forças políticas responsáveis, a classe operária, as massas populares, estão profundamente interessadas em que assim suceda.

Infelizmente, a reacção não tem os mesmos sentimentos nem os mesmos escrúpulos, nem os mesmos propósitos.

País que faz uma revolução sem tiros e inicia transformações políticas e sociais profundas, país ameaçado pelas forças reaccionárias que ficaram praticamente intactas, necessita de cuidar da sua defesa interna e externa.

Os jovens comunistas deverão no serviço militar aprender seriamente o manejo das armas e estar nas primeiras linhas como soldados aptos ao combate.

Os jovens comunistas devem aprender o melhor que possam o manejo das armas a fim de serem bons soldados nas Forças Armadas portuguesas educadas pelo heróico M. F. A.

Voltados para o futuro

A juventude comunista tem grandes tradições no movimento revolucionário português.

Nas duras condições do fascismo, em que a luta revolucionária exigia forte ténpera para as dificuldades e os perigos, a juventude encontrou-se sempre ao longo dos anos nas primeiras filas de combate.

Nas lutas nas fábricas e nos campos, os jovens trabalhadores encontraram-se sempre nas primeiras filas.

Aos jovens foram sempre confiadas tarefas de perigo e jovens comunistas foram constantemente chamados pelo seu Partido para substituir camaradas presos ou assassinados.

Os jovens revolucionários, rapazes e raparigas, desempenharam tarefas de grande confiança e responsabilidade, e mostraram ser merecedoras da confiança que o Partido neles depositou.

Há jovens, rapazes e raparigas, que a partir dos 13 e 14 anos entregaram ao Partido e à luta clandestina as suas vidas. Há jovens que asseguraram os serviços de tipografias clandestinas, tarefas técnicas da mais alta responsabilidade. Há jovens que souberam sofrer de boca cerrada cruéis e prolongadas torturas, souberam defrontar de cabeça erguida os tribunais fascistas e suportar longas condenações. Muitos jovens souberam morrer assassinados pelo inimigo fascista, dando as suas vidas pela causa da liberdade, do socialismo e do comunismo.

A classe operária e a sua vanguarda revolucionária, o P. C. P., têm justo motivo de orgulho nos jovens comunistas, muitos dos quais admitidos no Partido.

Muitos dos nossos camaradas do Partido militaram nas juventudes comunistas e aí fizeram a sua aprendizagem revolucionária.

Muitos de vós, jovens comunistas a quem coube a honra de organizar os trabalhos preparatórios da criação da U. J. C., a União da Juventude Comunista, e que ireis militar nela, passastes anos na clandestinidade, fostes presos, fostes submetidos à tortura, fostes condenados.

Tendes a experiência do Partido, a experiência de quatro jovens comunistas com muitas provas dadas, e a experiência crescente de todos quantos dia a dia engrossam as suas fileiras.

Tendes a juventude de hoje, os milhares e milhares de jovens trabalhadores que a liberdade trazida pelo 25 de Abril despertou para a vida política, e que sob a bandeira do Partido da classe operária, voltados para o futuro, entram na batalha com entusiasmo, coragem, confiança e decisão.

Este 1.º Encontro poderá talvez surpreender alguns observadores pela pressa da iniciativa e pela improvisação de alguns aspectos de preparação política e de organização. Não é caso para nos afligirmos, camaradas. Este 1.º Encontro é um extraordinário sucesso e terá uma decisiva influência no desenvolvimento da organização e da luta da juventude trabalhadora. Hoje, 9 de Março, marea o ponto de arranque. Quando realizardes o 1.º Congresso da U. J. C., e esperamos que não estará muito longe, sereis então (estamos certos) uma grande organização estruturada tendo consigo grandes massas da juventude trabalhadora.

O Partido confia em vós, confia em que a União da Juventude Comunista educará os seus membros na fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário. Confia em que reforçará os laços de estreita amizade e cooperação com a juventude da União Soviética e de outros países socialistas e com a juventude dos outros países ainda submetidos ao jugo do capital. Confia em que reforçará os laços de estreita amizade e cooperação criados no tempo das guerras coloniais entre a juventude portuguesa e a juventude do novo Estado da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Angola, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e de Timor, laços de amizade e cooperação que podem e poderão traduzir-se no quadro das relações entre o novo Portugal democrático e os novos Estados independentes.

O Partido confia em vós, confia em que a União da Juventude Comunista será uma escola revolucionária e um viveiro de quadros comunistas. Confia em que educará os seus membros na dedicação ilimitada à causa do povo trabalhador de Portugal. Confia em que na U. J. C. será sempre arvorada e levantada bem alto a bandeira do proletariado revolucionário, a bandeira do P. C. P., a gloriosa bandeira vermelha com a foice e o martelo.

A U. J. C. será a união dos militantes de vanguarda dos operários e camponeses, dos jovens trabalhadores de Portugal.

A nova organização não será como alguns grupos pseudo-revolucionários constituídos por filhos de burgueses que deixam à esquina os Porches e os Jaguares para irem vestir o fato de ganga e falar em nome do proletariado.

A juventude presente neste Encontro é bem o próprio sangue e a própria vida da classe trabalhadora.

As raízes da U. J. C. estão já profundamente seguras na terra fecunda e criadora que é a classe trabalhadora das cidades e dos campos de Portugal.

É necessário manter sempre bem firmes essas raízes de classe, nunca deixando que o burocratismo e o espírito de aparelho enfraqueçam os laços da vanguarda com as massas da juventude trabalhadora.

É necessário manter sempre presente que a força da juventude trabalhadora assenta na sua unidade, nunca deixando que o sectarismo feche, limite e prejudique o alargamento da acção das massas juvenis.

VIVA A UNIDADE DA JUVENTUDE TRABALHADORA NA LUTA PELA CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL DE UM REGIME DEMOCRÁTICO A CAMINHO DO SOCIALISMO!

VIVA A UNIDADE DA JUVENTUDE PORTUGUESA!

VIVA A UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA!

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!